

## MUSEUS, ESCOLA E O DIREITO À CIDADE COMO POLÍTICAS DE ACESSO E A DIMENSÃO CULTURAL DAS DESIGUALDADES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

**JACQUELINE DE CASSIA PINHEIRO LIMA**

Universidade Estácio de Sá/Centro Universitário Serra dos Órgãos/Universidade Santa Úrsula/Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
jcplima.22@gmail.com

### INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Este documento detalha uma proposta acadêmica e social profunda, financiada pela FAPERJ, como Cientista do Nosso Estado, cujo objetivo primordial é dar prosseguimento a investigações científicas em que o foco agora é inverter o vetor de análise tradicional para compreender como a instituição escolar se movimenta em direção aos chamados "lugares-de-memória". A intenção é olhar para a Educação Patrimonial não apenas como um conteúdo curricular, mas tratá-la como uma ferramenta essencial de política pública, focada no acesso democrático e no exercício da cidadania plena.

### DESENVOLVIMENTO

A base intelectual desta abordagem repousa no conceito de "Direito à Cidade", formulado por Henri Lefebvre (2001). Esta teoria defende que o espaço urbano não é um cenário estático, mas sim uma obra coletiva, o que torna o acesso às centralidades culturais e históricas da cidade um imperativo para qualquer regime democrático real. Quando olhamos para o Rio de Janeiro, percebemos que esse debate não pode ficar restrito apenas aos círculos acadêmicos; ele é uma necessidade urgente e pulsante que sentimos ao caminhar pelas ruas. A cidade lida com uma divisão profunda, onde o território muitas vezes dita as oportunidades, revelando uma segregação que fere o tecido social carioca.

Por mais que as estatísticas oficiais tentem pintar um quadro de metrópole desenvolvida e próspera, basta um olhar mais atento para notar que esse brilho não alcança todos os cantos. A verdade é que a alma urbana do Rio esconde abismos reais: distâncias materiais e simbólicas que criam um contraste gritante entre o privilégio da orla e a realidade esquecida das periferias e favelas. Existem distâncias que são, simultaneamente, materiais e simbólicas, separando de forma drástica a orla marítima



valorizada das zonas periféricas e das comunidades de favela. Essa organização territorial, como bem pontuou o geógrafo Milton Santos (1987), acaba por gerar o que ele define como "cidadanias mutiladas". Nessas circunstâncias, a barreira que impede um jovem de visitar um museu não é meramente a quilometragem física, mas um profundo e paralisante sentimento de não pertencimento a esses espaços.

O projeto propõe que levar estudantes e professores da rede pública a esses ambientes culturais ultrapassa a ideia de uma simples atividade de lazer ou extraclasse. Trata-se, na verdade, de uma prática de resistência política contra a "espoliação urbana" descrita por Harvey (2014), desafiando a lógica excludente que historicamente tenta reservar o patrimônio artístico e histórico a uma elite econômica e social restrita. O questionamento central da pesquisa foca na percepção humana e identitária: qual o sentido real de um prédio histórico para um aluno que precisa atravessar a cidade inteira vindo de territórios marginalizados?

Acreditamos que o entrelaçamento entre a memória coletiva e a identidade individual é o que realmente permite a redemocratização efetiva do espaço urbano. Por essa razão, a pesquisa se propõe a investigar se os espaços museais localizados em Niterói funcionam, na prática, como pontes que integram a sociedade ou como muros que a dividem. A escola é vista aqui como o agente mediador por excelência, capaz de subverter as lógicas de segregação. O objetivo é transformar o patrimônio, que muitas vezes é visto como um objeto estático e distante, em um "direito vivo", fortalecendo a relação do indivíduo com sua própria identidade social e com o território que ele tem o direito nato de ocupar e ressignificar.

Há uma necessidade premente de contribuir para uma nova forma de identificação dos valores patrimoniais em suas múltiplas manifestações. Quando trazemos o patrimônio para o coração das atividades escolares, não estamos apenas cumprindo um cronograma; estamos convidando alunos, professores e toda a comunidade a se reencontrarem com as suas próprias raízes. Essa vivência vai muito além do simples aprendizado de datas ou nomes: ela desperta um sentido profundo de identidade, ensina o valor e o respeito pelo que é público e nos faz abraçar a riqueza da nossa diversidade, tudo isso com o pé no chão e o rigor do conhecimento científico. Infelizmente, na rotina das nossas cidades, esse fio que deveria nos ligar ao nosso passado e à nossa cultura muitas vezes parece rompido.



É doloroso perceber que tantos moradores caminham por suas ruas sem se sentirem parte da história que as cerca; eles não se veem como os verdadeiros donos ou criadores de seu espaço, mas como espectadores de uma cultura que parece não lhes pertencer. Existe um silêncio e um desconhecimento generalizado sobre a nossa própria formação que acaba nos afastando da nossa própria essência.

Os dados mostram um avanço que parece promissor: saltamos de apenas 22 museus em 1933 para uma rede de mais de três mil instituições em 2011. Em 1950 tínhamos um museu para cada 628 mil pessoas, em 2011 essa proporção caiu para um para cada 60 mil habitantes. No entanto, o brilho desses números esconde uma realidade cruel e persistente: essas instituições ainda estão concentradas em áreas privilegiadas. Na prática, isso significa que, embora existam mais museus, eles nem sempre estão onde as pessoas realmente vivem, criando muros invisíveis que mantêm o patrimônio longe de quem mais deveria ocupá-lo e significá-lo. Elas nem sempre estão geograficamente próximas das pessoas que mais precisam delas. Como ressaltado por Costa (2015), a quantidade de instituições não garante, por si só, o acesso democrático.

O trabalho defende a união de forças para combater a exclusão e a desmotivação que afetam tanto alunos quanto professores da rede pública. Para isso, é fundamental investigar as condições reais de acesso e como estas impactam o desempenho educacional. Embora visitas a museus e bibliotecas sejam essenciais para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, a gratuidade do ingresso é insuficiente para garantir a visitação. O custo real da visita continua sendo impeditivo para muitas famílias, pois engloba gastos elevados com transporte e alimentação.

Mas o desafio não termina quando conseguimos superar o custo do transporte ou do lanche. Existe um obstáculo muito mais silencioso e profundo: a barreira pedagógica. Como ensina Maria das Mercês Vasconcellos (2008), existem dois caminhos principais que levam um estudante a se interessar pelo patrimônio: motivação Extrínseca: É aquela movida pelo "lado de fora", ou seja, pela busca de uma recompensa, como uma nota no boletim ou o simples cumprimento de uma tarefa obrigatória. Motivação Intrínseca: Este é o caminho do coração; nasce do prazer genuíno, da curiosidade e da realização pessoal que a criança sente ao descobrir algo novo. Infelizmente, a nossa estrutura de ensino tradicional ainda está muito presa ao primeiro caminho. O resultado disso é uma cena



comum e um tanto triste: vemos jovens caminhando por museus incríveis, mas com a cabeça baixa, totalmente focados em preencher questionários e relatórios intermináveis.

Nesse processo mecânico de "fazer a lição", a conexão real se perde. O aluno acaba mais preocupado em encontrar as respostas certas no papel do que em se deixar tocar pela beleza de um objeto exposto ou pela energia do espaço histórico que ele está ocupando. É uma oportunidade perdida de transformar o conhecimento em uma experiência viva de pertencimento.

A escola deve, portanto, assumir o papel de mediadora entre o patrimônio e a comunidade escolar. Ela deve integrar o patrimônio ao cotidiano dos alunos e professores, fazendo com que se sintam "em casa" diante de dimensões culturais que ora parecem distantes, ora próximas de sua realidade.

## CONCLUSÕES

A representação e o entendimento dos espaços patrimoniais começam pela leitura de sua arquitetura. É necessário questionar se o desenho arquitetônico desses espaços inibe ou estimula a aproximação das pessoas comuns. O que há nessas construções que atrai ou repele o olhar do cidadão?. Pesquisas de público frequentemente indicam que muitas pessoas se sentem impactadas ou até intimidadas pela formalidade desses lugares.

As exposições precisam "falar" com o público. É crucial analisar que tipo de linguagem elas utilizam, o que comunicam e como essa mensagem é interpretada pelos visitantes. Em última análise, o que se busca entender é o sentido formador que esses espaços exercem na vida e na construção das identidades da comunidade escolar.

O acesso aos museus não é apenas um detalhe pedagógico, mas uma afirmação do Direito à Cidade como uma prática de liberdade. Em uma cidade onde as assimetrias urbanas criam fronteiras invisíveis e segregadoras, a relação entre a escola e o patrimônio torna-se uma arena de poder e disputa simbólica. Quando um estudante vindo de classes populares ocupa um museu, ele está subvertendo uma lógica histórica de exclusão que sempre reservou os lugares-de-memória às elites.

Portanto, investigar essa dinâmica é enxergar a Educação Patrimonial como uma política de reparação histórica e de humanização. O objetivo final é converter o espaço público em um território de pertencimento real, onde o direito à fruição estética e ao



conhecimento da história se torne a base para uma cidadania plena e robusta. Somente assim será possível desafiar as estruturas de poder que insistem em fragmentar o tecido social urbano.

## REFERÊNCIAS

COSTA, A. F. et al. Pensando a relação museu-escola: o MAST e os professores. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 6., 2007, Florianópolis. Disponível em: <http://fep.if.usp.br/~profis/arquivos/vienpec/CR2/p1104.pdf>. Acesso em: 23 out 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – IPHAN, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento” e “Memória”. In.: **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1996.

NORA, Pierre. “Les Lieux de Mèmoire”. Paris: Gallimard, 1984. / Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**. PUC, 1993.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SANCHES, Liliane (Org). **Integrando saberes: diálogos sobre a formação e a prática professor no âmbito do PIBID/UFRRJ**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

VASCONCELLOS, Maria Mercês. **Educação ambiental na colaboração entre museus e escolas: limites, tensionamentos e possibilidades para a realização de um projeto político pedagógico emancipatório**. 2008. Tese. Faculdade de Educação, UFF, Rio de Janeiro, 2008.

